

**AÇÃO COMUNICATIVA E  
CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM  
EPIDEMIOLOGIA: ORIGENS E  
SIGNIFICADOS DO CONCEITO DE RISCO**

Este trabalho trata da construção social do discurso científico da epidemiologia moderna. Sua proposição soma-se ao esforço que tem sido feito pelo movimento da medicina social brasileira na direção de uma compreensão abrangente dos significados e implicações do conhecimento científico no desenvolvimento das práticas médicas sanitárias, enfocando-se aqui a emergência do conceito de risco e as características da aproximação epidemiológica aos fenômenos da saúde. Com esse propósito, foram examinados artigos sobre epidemiologia publicados no *American Journal of Hygiene*, entre 1921 e 1964, e outros periódicos similares no mesmo período. Os diferentes papéis desempenhados pelo conceito de risco na produção epidemiológica foram identificados e inquiridos em termos históricos e filosóficos. A teoria da ação comunicativa, de Habermas, constituiu-se na principal referência teórica para o trabalho interpretativo realizado. A metodologia de manuseio das fontes históricas primárias orientou-se, basicamente, pelas hermenêuticas de Ricoeur e Gadamer. A investigação demonstrou a relação do desenvolvimento do conceito de risco com um duplo deslocamento do discurso epidemiológico: quanto à natureza do seu objeto — de ontológica a processual; e quanto ao escopo de seus estudos — do teórico ao pragmático. Foram ainda identificadas três etapas históricas nesse processo: epidemiologia da constituição, na qual o conceito de risco tem sua primeira expressão epistemológica, indicando descritivamente uma condição populacional desfavorável; epidemiologia da exposição, quando o risco é subsumido em uma compreensão pragmatista e modernizada em termos biomédicos, tornando-se um elemento analítico voltado para a 'epidemicidade' de do-

enças infecciosas específicas; e epidemiologia do risco, etapa em que o conceito se formaliza e ganha representação imediatamente quantitativa. Esse processo mostrou estreita relação com o movimento de 'tecnicalização' e 'individualização' das práticas de saúde em geral, relacionado, por sua vez, com a indeterminação teórica das categorias centrais da epidemiologia do risco. A crítica dessa racionalidade tecnologicamente reduzida aponta a necessidade de uma racionalidade radicalmente dialógica, livre e simétrica como alternativa para a construção de práticas e conhecimentos voltados para uma saúde efetivamente pública.

**José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres**  
Dissertação de doutorado, 1995  
Faculdade de Medicina  
Universidade de São Paulo  
Rua Cotoxó, 799, apto. 54  
São Paulo — SP CEP 05021-001

**ALCOOLISMO, A INVENÇÃO  
DE UMA DOENÇA**

Este trabalho tem por objetivo estudar o processo de construção do alcoolismo como doença social, entre as décadas de 1830 e 1920, a partir de uma série de teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o tema, traçando um painel da tradição de uso terapêutico dos alcoólicos nas sociedades ocidentais, contextualizando suas principais teorias e enfocando as mudanças ocorridas na medicina e as críticas à terapêutica pelos alcoólicos, a partir da segunda metade do século passado.

Analizamos, ainda, a vinculação estabelecida pela medicina entre o alcoolismo e as mazelas da sociedade industrial que se constituía, recuperando elementos como a relação entre a mulher, a família e a miséria social das classes populares, ou as rupturas e continuidades de hábitos e tradições quando da implantação do processo de trabalho capitalista.

Por fim, valemo-nos de personagens da literatura nacional e internacional para dar vida aos pressupostos teóricos formulados pelos médicos, buscando identificar as práticas cotidianas relacionadas ao uso das bebidas alcoólicas.

**Fernando Sergio Dumas dos Santos**

Dissertação de mestrado, 1995  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Estadual de Campinas  
Rua K, nº 34-C Pendotiba  
Niterói — RJ 24310-080

### **MODERNIDADE IBÉRICA E A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA DO SÉCULO XVII**

A idéia central desta dissertação é discutir a singularidade da península Ibérica nos séculos XVI e XVII, quando comparada aos demais países da Europa Ocidental, no que diz respeito à sua relação com a revolução científica. Mas, para além da constatação de que a Ibéria não teve uma revolução científica da qual possamos falar, ou de que foi praticamente intocada pela reforma protestante e pelo Renascimento em sua forma italiana, proponho-me a mostrar o que ela teve em vez disso, ou seja, a escrever uma história positiva da não-revolução científica na península Ibérica, isto é, investigar de que maneira os filósofos e cientistas ibéricos se posicionaram sobre questões decisivas, como a astronomia copernicana, as reações contra ela desencadeadas ao nível científico e teológico, e à solução dada por Galileu.

Nos séculos XVI e XVII, enquanto nos demais países europeus ocidentais a tradição tomista medieval era substituída pela ciência de Galileu e pela filosofia de Descartes (os fundamentos da chamada modernidade ocidental), os países ibéricos assistiram a uma grande renovação da filosofia tomista. Esse fato, como não poderia deixar de ser, teve repercussões profundas na história da ciência (bem como na história da consciência, da religião etc.) dos países ibéricos e de suas colônias na América recém-descoberta. Essa postura singular dos ibéricos em relação à constituição da chamada modernidade ocidental, estou chamando aqui de 'modernidade me-

dieval', pois, embora aderindo a aspectos básicos da modernidade, optou por reformar a tradição medieval, ao invés de romper com ela.

O meu estudo é, portanto, sobre a tentativa ibérica de modernizar a epistemologia e a ciência, a fim de adaptá-las aos tempos modernos. E, para ilustrar essa atitude única frente à ciência medieval e à moderna, pareceu-me que o melhor caminho seria pesquisar a forma como os ibéricos aceitaram as idéias de Copérnico e Galileu ou reagiram a elas. Pude, então, verificar não somente os aspectos das novas idéias científicas que foram rejeitados pelos ibéricos, porque incompatíveis com a concepção tomista de mundo e de verdade, como outros que foram assumidos de forma 'encoberta': constavam do corpo da obra de jesuítas cientistas como José Zaragoza, embora cuidadosamente excluídos do prefácio da mesma. Enfim, pude esboçar uma diferente história da ciência, marcada pela tentativa de compatibilização entre a ciência moderna, a epistemologia medieval e a filosofia aristotélico-tomista. Uma situação na qual, de fato, não teria ocorrido uma mudança de paradigma, mas na qual talvez pudéssemos vislumbrar o modelo baconiano, com sua ênfase nas continuidades.

**Beatriz Helena Domingues**

Dissertação de doutorado, 1994  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rua Dom Viçoso, 62/402  
Juiz de Fora — MG CEP 36026-390

### **CIVILIZAR A NATUREZA: HISTÓRIA NATURAL E VIAGENS (FRANÇA, FINS DO SÉCULO XVII, INÍCIO DO SÉCULO XIX)**

A maneira escolhida para tratar do tema é uma proposta para a abordagem da natureza como objeto histórico. Procurei valorizar o aspecto científico da compreensão da natureza na virada do século XVII para o XIX, sem, no entanto, escrever uma história do desenvolvimento teórico da história natural. Busquei antes identificar as modalidades segundo as quais a história natural reúne diferentes representações da natureza e propõe e executa diversos procedimentos de caráter prático que visam o con-

trole do mundo natural. Num momento em que a idéia de civilização se difunde pela Europa, o conceito polissêmico de natureza constitui seu contraponto fundamental.

Do fim do Antigo Regime até as primeiras décadas do século XIX, o controle da natureza pela ciência torna-se uma atividade fundamental para o exercício do poder e é compreendido como base essencial da civilização. A natureza, no entanto, além de objeto passível de ser dominado, conserva um poder de criação que lhe é exclusivo. É no equilíbrio entre a força de ação do homem e a perfeição das leis da natureza que a história natural se afirma. Ela se estabelece como domínio de utilidade prática incontestável. As ciências e as artes tendem a formar um só conjunto, cuja identidade se define pela busca de soluções à questão social e às dificuldades econômicas em geral. Acredita-se, por exemplo, que o estudo dos três reinos da natureza pode trazer respostas às crises de subsistência, que ameaçam regularmente a ordem estabelecida.

O Muséum d'Histoire Naturelle de Paris é uma instituição essencial para os estudos da natureza na França. Este estabelecimento centraliza uma vasta correspondência de amadores e naturalistas dispersos nos mais variados climas e regiões. O Muséum desempenha também o papel de difusor de sementes e de vegetais e coordena a coleta de produtos naturais. É no Muséum que plantas, animais e minerais de todos os continentes são reunidos e se tornam objetos para a ciência. Em seu interior, produtos exóticos tornam-se universais por meio de sua ordenação e classificação e do reconhecimento de sua utilidade.

A busca de produtos naturais exóticos mobiliza esforços pessoais e institucionais. Numerosos viajantes deixam a França com a esperança de encontrar em terras distantes lugares privilegiados pela natureza. Instruções de viagem precisas, estabelecidas pelo Muséum ou por particulares, orientam os viajantes, naturalistas ou não. Apesar destas diretrizes que preconizam viagens comporem um conjunto heterogêneo no que se refere às suas motivações, às atividades realizadas *in loco* e aos seus resultados. A viagem, tal como se apresenta na

época, é um fenômeno que mistura utopia, ciência, lucro, utilidade pública e conquista.

Do ponto de vista científico, a expansão da civilização vai de encontro a limites que a própria natureza impõe aos seres vivos: nem sempre os objetos naturais exóticos se adaptam ao clima europeu. As diversas experiências de 'aclimação' de vegetais realizadas na França e em suas colônias representam a esperança de ultrapassar os limites geográficos onde seus seres estão circunscritos, submetendo, assim, a natureza à civilização.

Dessa forma, a pesquisa que realizei buscou compreender os fundamentos da eficácia da história natural no período estudado. O processo de expansão de uma determinada maneira de conceber a natureza e de dominá-la acompanha, num certo sentido, a expansão política e colonial da França, mas revela igualmente a constituição de uma ciência que se pretende capaz de transformar fenômenos locais em objetos científicos universais. Não se trata apenas de teorias de interpretação da natureza, mas também de um *savoir faire*, de um método de trabalho, de uma educação dos gestos e do olhar.

**Lorelay Brilhante Kury**

Dissertação de doutorado, 1995  
École des Hautes Études en Sciences  
Sociales (Paris)  
Rua Marquês de Olinda, 64/708 A  
Rio de Janeiro — RJ 22251-040

### **CIDADE MAURÍCIA: A DOMINAÇÃO NEERLANDESA NO BRASIL — 1637-45**

Este trabalho propõe uma leitura da colonização holandesa no Brasil, que tem por objeto o Recife holandês. Concentramos nossas atenções nos anos da administração do conde Maurício de Nassau (1637-45), quando houve uma preocupação mais nítida com a construção de uma nova cidade para abrigar o governo do conde: a cidade Maurícia. A hipótese da qual partimos foi a de que a construção desta cidade traduziu uma maneira de conquistar os homens para o projeto colonizador dos Países Baixos. Buscamos ainda estabelecer diferenças entre as colonizações batava e lusa na América durante a Época Moderna. Construímos nossa análise partindo de

duas premissas: a cidade como artefato, portanto portadora de valores, e a cidade como comunidade política. Esta articulação fez-nos desenvolver a idéia de uma 'cidade colonial barroca'.

Para a sustentação deste trabalho é fundamental o entendimento da cidade Maurícia como um 'monumento' da colonização neerlandesa no Brasil. O aspecto monumental desta cidade aparece em vários locais — cito, por exemplo, os 'jardins do conde' construídos ao redor de sua residência. Este jardim, que reunia várias espécies de plantas e animais, nativos ou não da América, dispostos ordenadamente, tinha como função defender o local, demonstrar o triunfo do homem sobre a natureza, atrair os homens que habitavam a região, simbolizar a união das áreas administradas pela Companhia das Índias Ocidentais, bem como servir de local de descanso e trabalho para o conde. A reunião destas várias características é que transforma o jardim, como também os outros locais da cidade, num monumento da colonização.

O contraste entre a experiência neerlandesa e a portuguesa foi constante ao longo do desenvolvimento deste trabalho, principalmente no que diz respeito ao que pode ser visto nos núcleos urbanos tanto de uma quanto de outra. A análise deste contraste revela-se ainda mais su-

gestiva quando verificamos que o poder simbólico da cidade Maurícia também se exerceu pela afirmação das diferenças entre a antiga cidade portuguesa e o núcleo urbano que se fundava.

Para reconstituir este núcleo urbano trabalhei com o material produzido na época, sobretudo com os relatos, plantas e pinturas acerca da cidade e com mapas da região. Estas representações da cidade são importantes para este trabalho porque permitem identificar o significado que a própria cidade possui no tempo histórico que estudei. Ultrapasso, assim, os limites físicos da cidade, transformando a descrição num movimento que busca perceber o significado cultural que a cidade comporta dentro da sociedade estudada.

Por tudo isto, consideramos o Recife holandês, colocando em destaque a cidade Maurícia, como uma 'cidade colonial barroca'. Pois era ele mesmo um mecanismo artificial para conquistar pelos sentidos os homens que habitavam aquela região e para persuadi-los a aderir ao projeto de domínio neerlandês.

**Heloisa Meireles Gesteria**

Dissertação de mestrado, 1996

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Departamento de História

Rua Marquês de Olinda, 61/402-bl. A

Rio de Janeiro — RJ CEP 22251-040

